O POVO BRASILEIRO

Darcy Ribeiro

3 - CLASSE, COR, PRECONCEITO

Classe e poder

Cúpula:

Classes sociais conflitantes e complementares: <u>patronato</u> de empresários, cujo poder vem da riqueza através da exploração econômica; <u>patriciato</u>, cujo poder decorre do desempenho de cargos. Cada patrício enriquecido quer ser patrão e cada patrão aspira às glórias de um mandato que lhe dê, além de riqueza, o poder de determinar o destino alheio. Ainda há o estamento gerencial das empresas estrangeiras.

Abaixo dessa cúpula ficam as classes intermediárias feitas de pequenos oficiais, profissionais liberais, policiais, professores, etc. Todos eles propensos a prestar homenagens as classes dominantes, procurando tirar disso alguma vantagem. Dentro dessa classe (entre o clero e alguns intelectuais) surgiram mais subversivos em rebeldia contra a ordem.

Abaixo fica a classe social mais ampla, formada pela grande classe oprimida chamada marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias. Seu designo histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição de classe oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la.

Essa estrutura de classes engloba e organiza todo o povo, operando como um sistema autoperpetuante da ordem social vigente. Seu comando natural são as classes dominantes. Seus setores mais dinâmicos são as classes intermediárias. Seu núcleo mais combativo são as classes subalternas. E seu componente majoritário são as classes oprimidas, só capazes de explosões catárticas ou de expressão indireta de sua revolta. Geralmente são resignadas com o seu destino, por sua incapacidade de organizarem-se e enfrentar os donos do poder.

Ver diagrama da estratificação social brasileira (p. 193).

A classe dominante, de número insignificante, detém, graças ao apoio das demais classes, o poder efetivo sobre toda a sociedade.

O setor intermediário funciona como um atenuador ou aparador das tensões sociais e são levados mais vezes a operar no papel de mantenedores da ordem do que ativistas de transformações.

As classes subalternas vão procurar defender o que já têm e obter mais, e não procurar mudar a sociedade.

As classes oprimidas lutam para ingressar no sistema de produção e para terem acesso ao mercado. A essa classe cabe combater a exploração e a opressão, já que só tem perspectivas de integrar a vida social rompendo toda a estrutura de classes.

Essa configuração de classes antagônicas, mas interdependentes organiza-se para fazer oposição às classes oprimidas — ontem escravos, hoje subassalariados — em razão do pavorpânico que infunde a todos a ameaça de uma insurreição social generalizada.

DISTÂNCIA SOCIAL

No Brasil as classes ricas e pobres se separam por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que existem entre povos distintos. Ao traço refinado, a inteligência – enquanto reflexos de instrução – aos costumes patrícios e cosmopolitas dos dominadores, correspondem o traço rude, o saber vulgar, a ignorância e os hábitos arcaicos dos dominadores.

A estratificação gerada historicamente tem como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjulga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio. Esse caráter intencional faz do Brasil menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o empreendimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para o enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas.

Essas duas características complementares — as distâncias abismais entre os diferentes estratos e o caráter intencional do processo formativo — condicionam a camada senhorial para encarar o povo como mera força de trabalho destinada a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos do que comer enquanto trabalha, para refazer suas energias produtivas, e o de reproduzir-se para repor a mão-de-obra gasta.

Quando ao escravo sucede o parceiro, depois o assalariado agrícola, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem na desumanização das relações de trabalho.

*Dada a diversidade de situações regionais, de prosperidade e de pobreza, o simples translado de um trabalhador, que vá de uma região a outra, pode representar uma ascensão substancial, se ele consegue se incorporar a um núcleo mais próspero.

A suscetibilidade patronal a qualquer gesto que possa ser tido como longinquamente desrespeitoso por parte de um empregado contrasta claramente com o tratamento boçal com que trata este.

O homem brasileiro da classe dominante está enfermo de desigualdade. Enquanto o escravo e o ex-escravo estão condenados à dignidade de lutadores por liberdade, senhores e seus descendentes estão condenados a lutarem pela manutenção da desigualdade e da opressão. Assim é que na mesma pessoa há uma conduta de cordialidade entre seus pares e de descaso com aqueles que são socialmente inferiores.

Os subprodutos mais característicos desse sistema foram o coronel fazendeiro e o cabra, gerados socialmente como tipos humanos polarmente opostos, substituídos hoje pelo gerente e pelo boia fria. O primeiro, nas grandes cidades, comercia sua produção, onde vive temporadas e educa seus filhos. O segundo, nascendo e vivendo dentro do cercado da fazenda, numa casa feita com as próprias mãos, só possuindo de seu sua tralha que ele mesmo

fabrica, devotado de sol a sol a serviço do patrão, é mantido no analfabetismo e na ignorância. Jamais alcança condições mínimas para o exercício da cidadania, mesmo porque a fazenda é sua verdadeira e única pátria. Escorraçado ou fugido dela, é um pária, que só aspira a ganhar o mato para escapar do braço punitivo do patrão, para se possível submeter-se ainda mais solicito ao "amparo" de outro fazendeiro.

Dentro desse contexto social, jamais se puderam desenvolver instituições democráticas com base em formas locais de autogoverno. As instituições republicanas, adotadas formalmente no Brasil para justificar novas formas de exercício de poder da classe dominante, tiveram sempre como seus agentes junto ao povo a própria classe dominante. No mundo rural, a mudança de regime jamais afetou o senhorio do fazendeiro que, dirigindo a sua talante as funções de repressão policial, as instituições da propriedade na colônia, no império e na república, exerceu desde sempre um poderio hegemônico.

A sociedade resultante tem incompatibilidades insanáveis. Dentre elas, a incapacidade de assegurar um padrão de vida, mesmo modestamente satisfatório, para a maioria da população nacional; a inaptidão para criar uma cidadania livre e, em consequência, a inviabilidade de instituir-se uma vida democrática. Nessas condições a eleição é uma farsa em que as massas de eleitores vendem seus votos àqueles que seriam seus adversários naturais.

Por tudo isso é que ela se caracteriza como uma ordenação oligárquica que só pode se manter artificiosa ou repressivamente pela compressão das forças majoritárias Às quais condena ao atraso e à pobreza.

Não é por acaso que o Brasil passa de colônia a nação independente e de monarquia a república sem que a ordem fazendeira seja afetada e sem que o povo a perceba. Todas as instituições políticas constituem superfetações de um poder efetivo que se mantém intocado: o poderio do patronato fazendeiro.

CLASSE E RAÇA

A distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma a discriminação sobre os negros, mulatos e índios. A abolição da escravidão brasileira, a mais tardia da história, foi a causa principal da queda do império e da proclamação da república. Mas, as classes dominantes reestruturaram eficazmente seu sistema de recrutamento da força de trabalho, substituindo a mão-de-obra escrava por imigrantes importados da Europa, cuja população se tornava excedente e exportável a baixo preço.

Os ex-escravos abandonam as fazendas que labutavam, ganham as estradas à procura de terrenos baldios em que possam acampar. Não podiam estar em lugar algum, porque cada vez que acampavam, os fazendeiros vizinhos se organizavam e convocavam forças policiais para expulsá-los, uma vez que toda a terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, se caía em outra.

As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil.

Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão. Essa visão deformada é assimilada também pelos mulatos e até pelos negros que conseguem ascender socialmente, os quais se somam ao contingente branco para discriminar o negro-massa.

O negro aproveita cada oportunidade que lhe é dada para expressar o seu valor. Isso ocorre em todos os campos em que não se exige escolaridade.

O negro vem a ser, por isso, apesar de todas as vicissitudes que enfrenta, o componente mais criativo da cultura brasileira e aquele que, junto com o índio, mais singulariza o nosso povo.

O contingente negro e mulato é o mais brasileiro dos componentes do nosso povo, pois desafricanizado na mó da escravidão, não sendo índio nativo nem branco reinol, só podia encontrar sua identidade como brasileiro. Os negros não se aglutinam como massa disputante de autonomia étnica, mas como gente intrinsicamente integrada no mesmo povo, o brasileiro.

O mulato se humaniza no drama de ser dois, que é o ser ninguém.

A característica distinta do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor da sua pele.

É preciso reconhecer que o apartheid tem conteúdo de tolerância que aqui se ignoram. Quem afasta o alterno e o põe à distância maior possível, admite que ele conserve, lá longe, sua identidade, continuando a ser ele mesmo. Em consequência, induz à profunda solidariedade interna do grupo discriminado, o que o capacita a lutar claramente por seus direitos sem admitir paternalismos. Nas conjunturas assimilacionistas se dilui a negritude numa vasta escala de gradações, que quebra a solidariedade, reduz a combatividade, insinuando a ideia de que a ordem social é uma ordem natural, se não sagrada.

O aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que ele dá de si uma imagem de maior sociabilidade, quando, de fato, desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta, e dissimula as condições de violência a que é submetido.

A ideologia assimilacionista da chamada democracia racial afeta principalmente os intelectuais negros, conduzindo-os a campanhas de conscientização do negro para a conciliação social e para o combate ao ódio e ao ressentimento do negro. Seu objetivo ilusório é criar condições de convivência em que o negro possa aproveitar as linhas de capilaridade social para ascender, através da adoção explícita das formas de conduta e de etiqueta dos brancos bem-sucedidos.

O assimilacionismo cria uma atmosfera de fluidez nas relações inter-raciais, mas dissuade o negro para sua luta específica, sem compreender que a vitória só é alcançável pela revolução social.

A democracia racial só é possível com a democracia social. Ou bem há democracia para todos, ou não há democracia para ninguém, porque há opressão do negro condenado à dignidade de lutador da liberdade corresponde por outro lado ao branco posto no papel de opressor dentro de sua própria sociedade.

4 - ASSIMILACIONISMO OU SEGREGAÇÃO

BRANCOS VERSUS NEGROS

Examinando a carreira do negro no Brasil se verifica que, introduzido como escravo, ele foi desde o primeiro momento chamado à execução das tarefas mais duras, como mão-de-obra fundamental em todos os processos de produção.

Com a abolição numerosos grupos de negros concentraram-se à entrada das vilas e cidades, nas condições mais precárias. Para escapar a essa liberdade famélica é que começaram a se deixar aliciar para o trabalho sobre condições ditadas pelo latifúndio.

Assim, o alargamento da sociedade, auspiciado pela industrialização, ameaça não romper com a superconcentração da riqueza, do poder e do prestigio monopolizado pelo branco, em virtude da atuação de pautas diferenciadoras só explicáveis historicamente, tais como: a emergência recente do negro da condição de inferioridade, produzida pelo tratamento opressivo que o negro suportou por séculos sem nenhuma satisfação compensatória; a manutenção de critérios racialmente discriminatórios que, obstaculizando sua ascensão à simples condição de gente comum, igual a todos os demais, tornou mais difícil para ele obter educação e incorporar-se na força de trabalho dos setores modernos.

As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais.

Apesar da associação da pobreza com a negritude, as diferenças profundas que separam e opõem os brasileiros em extratos flagrantemente contrastante são de natureza social. A redução dessas diferenças constitui o mais antigo dos desafios que desafiam a sociedade brasileira a promover uma reordenação social que enseje a integração de todo o povo no sistema produtivo e, por essa via, nas diversas esferas da vida social e cultural do país. Mais do que preconceito de raça e cor tem os brasileiros preconceitos de classe.

O que os fatos parecem indicar é a existência de graus de permeabilidade da barreira racial. O que diferencia as condições de conjunção inter-racial no Brasil das outras áreas é o desenvolvimento de expectativas reciprocamente ajustadas, mais incentivadoras que condenatórias do intercurso.

<u>Condição da mulher</u>: a mulher, nas circunstancias desigualitárias, permanece servil e dependente do homem. Nas condições prevalecentes de pobreza essas se conformam com relações ocasionais ou amasiamentos temporários. Assim, a família se estrutura centrada na mulher, que gera filhos de diferentes homens, a cujo cuidado se revela, frequentemente, desajustado pelos diversos pais.

Somente quando ascende da pobreza a certa suficiência econômica é que a mulher alcança condições mínimas para aspirar a uma vida sentimental autônoma, para impor dignidade às relações sexuais e a oportunidade de estruturar uma vida familiar estável. Assim se poderá superar um dia a estrutura prevalente da família brasileira, que sempre foi matricêntrica. Para

isso é indispensável que se supere a condição de marginalidade socioeconômica da maioria da população, que é o fundamento da paternidade irresponsável.

5 - ORDEM VERSUS PROGRESSO

ANARQUIA ORIGINAL

Embora embarcados num projeto alheio, nos viabilizamos ao nos afirmar contra aquele projeto oficial e ao nos opor aos desígnios do colonizador e de seus sucessores. Pela vontade deles, os índios, os negros e todos nós, mestiços deles, recrutados pela empresa colonial, prosseguiríamos na função que nos foi prescrita de proletariado de ultramar, destinado a produzir mercadoria exportável, sem jamais chegar a ser gente com destino próprio. Às vezes penso que continuamos cumprindo esse designo mesmo sem os portugueses, de baixo do quante da velha classe dominante de descendentes dos senhores de escravos que se seguiu a eles no exercício do poder e das novas elites cujo senhor predominante é, hoje, o corpo gerencial das multinacionais. Os mesmos tecnocratas ainda meninos, mas já aconselhando governos, se afundam mais no espontaneismo do mercado e na irresponsabilidade social do neoliberalismo.

A grande perplexidade das classes dominantes atuais é que esses descendentes daqueles negros, índios e mestiços devem pensar que este país é uma república que deve ser dirigida pela vontade deles como seu povo que são.

Na raiz desse fracasso das maiorias está o êxito das minorias que ainda estão aí, mandantes. Em seus desígnios de resguardar velhos privilégios por meio da perpetuação do monopólio da terra, do primado do lucro sobre as necessidades e da imposição de formas arcaicas e renovadas de contingenciamento da população ao papel de força de trabalho superexplorada.

O ARCAICO E O MODERNO

Mesmo as regiões mais progressistas se vêem tolhidas e reduzidas a uma modernização reflexa. Isso não se explica por qualquer resistência de ordem cultural à mudança, uma vez que um veemente desejo de transformação renovadora constitui, talvez, a característica mais remarcável dos povos novos.

Há um processo de deculturação das matrizes formadoras do povo brasileiro. Empobrecido, embora no plano cultural com relação a seus ancestrais europeus, africanos e indígenas, o brasileiro comum se construiu como homem tábua rasa, mais receptivo às inovações do progresso do que o camponês europeu tradicionalista, o índio comunitário ou o negro tribal.

A resistência às forças inovadoras da Revolução Industrial e a causa fundamental de sua lentidão não se encontram no povo ou no caráter arcaico de sua cultura, mas na resistência das classes dominantes. Particularmente nos interesses e privilégios, fundados numa ordenação estrutural arcaica e num modo infeliz de articulação com a economia mundial, que atuam como um fator de atraso, mas são defendidos com todas as suas forças contra qualquer mudança. Esse é o caso da propriedade fundiária, incompatível com a participação autônoma das massas rurais nas formas modernas de vida e incapaz de ampliar as oportunidades de trabalho adequadamente remuneradas oferecidas à população. É também o caso da

industrialização recolonizadora, promovida por corporações internacionais atuando diretamente ou em associação com capitais nacionais. Embora modernize a produção e permita a substituição das importações, apenas admite a formação de um empresariado gerencial, sem compromissos outros que não o lucro a remeter a seus patrões. Seu efeito mais danoso é remeter para fora o excedente econômico que produzem. De fato, ele se multiplica no exterior.

A mais grave dessas continuidades reside na oposição entre os interesses do patronato empresarial, de ontem e de hoje, e os interesses do povo brasileiro. Essa continuidade se mantém ao longo de séculos pelo domínio do poder institucional e do controle da máquina do Estado nas mãos da mesma classe dominante, que faz prevalecer uma ordenação social e legal resistente a qualquer progresso generalizável a toda a população. Ela é que regeu a economia colonial, altamente próspera para uma minoria, mas que condenava o povo a penúria. Ela é que deforma agora o próprio processo de industrialização, impedindo que desempenhe aqui o papel de transformador que representou em outras sociedades. Ainda é ela que, na defesa de seus interesses antinacionais e antipopulares, permite a implantação das empresas multinacionais, através das quais a civilização pós-industrial se põe em marcha como um mero processo de atualização histórico dos povos fracassados na história.

Ao contrário do que ocorreu nas sociedades autônomas, aqui o povo não existe para si e sim para os outros. Ontem, era uma força de trabalho escrava de uma empresa agromercantil exportadora. Hoje, é uma oferta de mão-de-obra que aspira trabalhar e um mercado potencial que aspira a consumir. Nos dois casos, foi sempre uma empresa próspera, ainda que só fosse para minorias privilegiadas. Como tal, manteve o Estado e enriqueceu as classes dominantes ao longo dos séculos, beneficiando também os mercadores associados ao negócio e a elite de proprietários e burocratas locais.

Quando é declarada a independência, a classe dominante local se nacionaliza alegremente, preparando-se para lucrar com o regime autônomo, tal como lucraria com o colonial. Nessas circunstâncias, o Estado apresenta também mais continuidades do que rupturas, estruturando-se como uma máquina político-administrativa de repressão, destinada a manter a antiga ordenação, operando nas mesmas linhas a serviço da velha elite, agora ampliada pelas famílias fidalgas que vieram com o monarca e por novos-ricos que surgem com a modernização.

TRANSFIGURAÇÃO ÉTNICA

Um povo transfigurado resiste tenazmente à sua transfiguração, mas o faz precisamente mudando ao assumir aquelas alterações que viabilizam sua existência dentro do contexto em que ele interage.

Ao longo de nossos cinco séculos de processo formativo, o povo brasileiro experimentou sucessivas transfigurações. Sempre, porém, dentro da configuração de povo novo, já conformado nas protocélulas étnicas luso-tupis. Sofreu o impacto de duas revoluções tecnológicas, a agrária e a industrial, que contribuíram mais que nada para configurá-lo. Todas as suas forças transformativas, porém, foram contidas pelas classes dominantes dentro de limites que não ameaçavam sua hegemonia.

O caráter distintivo de nossa transfiguração étnica é a continuidade, através dos séculos, de elementos cruciais da ordenação social arcaica, da dependência da economia e do caráter espúrio da cultura. Essa continuidade, mantida através de dois tipos de civilização e das correspondentes formações econômico-sociais, importou em sérias constrições ao desenvolvimento.

Por isso, o impacto da industrialização, operando sobre formas estruturais arcaicas, se viu contido na sua capacidade de transformação. O sistema de conscrição de mão-de-obra primeiro escrava, depois assalariada — subsistindo de baixo das novas condições, continuou a operar como uma rede que deformou o crescimento econômico dentro do capitalismo industrial e a integração do povo nos estilos de vida da nova civilização. Sua transformação mais importante foi passar de um sistema tecnológico de baixa energia, mas altamente exigente de mão-de-obra e degastador da mesma, a um sistema que utilizava uma tecnologia mecanizada e servida por motores, que absorve menos mão-de-obra e a marginaliza.

Vivemos às vésperas de transformações ainda mais abrangentes, porque surge no horizonte uma outra revolução tecnológica mais radical que as anteriores. Se uma vez mais nos deixarmos fazer consumidores de seus frutos, em lugar de dominadores de sua tecnologia nova, as ameaças sobre a nossa sobrevivência e sobre a soberania nacional serão ainda mais intensas.

SUGESTÃO DE MÚSICA: A vida é um desafio — Racionais — Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MFs3GOqHEYE